

**HABEAS CORPUS Nº 486.956 - RS (2018/0346588-2)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : BRANCO SANTOS QUADRO (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA E CORRUPÇÃO ATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL *A QUO*. SUPRESSÃO INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS. REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. O eventual excesso de prazo para formação da culpa não foi objeto de análise pelo Tribunal *a quo*, o que impede o exame da matéria por esta Corte, sob pena de supressão de instância.
2. A prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com o intuito de cessar a reiteração delitiva – paciente responde a processos pela prática de roubo majorado e posse ilegal de arma de fogo.
3. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantir a revogação da prisão preventiva. Há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia preventiva, não se mostrando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.
4. *Habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa parte, ordem denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do pedido e, nessa parte, denegar a ordem nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator